



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado Bira do Pindaré

## COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO

### REQUERIMENTO Nº 7 DE 2021. (Do Sr. Bira do Pindaré)

“Requer que seja enviado convite à Presidente do INCRA, Sr. Geraldo José da Camara, para, em audiência pública, discorrer sobre o orçamento do Instituto no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021 – PLN nº 28/2020”

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>, com base no art 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em subsídio ao Regimento Comum e à Resolução nº 1/2006 (CN), que, ouvido o plenário, que seja enviado convite à Presidente do IBGE, Presidente do INCRA, Sr. Geraldo José da Camara Ferreira de Melo Filho, para, em audiência pública, discorrer sobre o orçamento do Instituto no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021 – PLN nº 28/2020, em relação a regularização fundiária com atenção especial para as terras quilombolas.

### JUSTIFICATIVA

A presente solicitação, Senhor Presidente, visa debater a proposta de orçamento que prevê uma redução de quase 90% dos recursos para o reconhecimento de territórios quilombolas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado Bira do Pindaré

No projeto de Lei Orçamentária Anual de 2021, enviado pelo governo federal ao Congresso em 31 de agosto, a verba para o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) foi praticamente reduzida a zero. As informações foram publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* no dia 8 de setembro de 2020.

Em números absolutos, o orçamento do Incra em 2021 terá 1 crescimento de 4% em relação ao aprovado para 2020 —de R\$ 3,3 bilhões para R\$ 3,4 bilhões. Desse total, contudo, R\$ 2,1 bilhões (66%) serão destinados ao pagamento de precatórios, ou seja, dívidas com fazendeiros que conseguiram na Justiça aumentar o valor de indenização por terras desapropriadas por improdutividade.

Programas da reforma agrária, como ações de assistência técnica e extensão rural, promoção de educação no campo e regularização fundiária tiveram redução de mais de 99% de verba, ficando próximo de zero.

Já o corte nas ações de reconhecimento e indenização de territórios quilombolas, concessão de crédito às famílias assentadas e aquisição de terras ficou acima de 90%. Monitoramento de conflitos agrários e pacificação no campo teve redução de 82% e a consolidação de assentamentos rurais, 71%.

Diante do exposto peço apoio aos integrantes desta Comissão a aprovação deste Requerimento.

Sala da Comissão, 02 de março de 2021.

Deputado Federal BIRA DO PINDARÉ  
PSB/MA